

# Minas e Rio firmam aliança contra São Paulo

## Newton Cardoso e Moreira Franco se unem para lutar contra a supremacia paulista no governo



Após visitar Cardoso, em Minas, Moreira Franco esteve com Sarney e saiu do Planalto com o nome do presidente do BNDES

WILKIE RODRIGUES  
Correspondente

Belo Horizonte — Depois de se reunirem por mais de uma hora, o governador eleito de Minas, Newton Cardoso, e do Rio de Janeiro, Moreira Franco, decidiram firmar uma aliança para combater a concentração excessiva de cargos da área econômica do Governo Federal nas mãos do governo e de políticos de São Paulo.

Embora reconhecendo que São Paulo tem o maior PIB do País, Newton Cardoso disse que o Estado não pode deter os poderes que tem no governo do presidente José Sarney, e acrescentou:

“Seria bom que São Paulo

não tivesse o peso tão grande que hoje exerce no comando da política econômica. Esta supremacia somente convém a São Paulo em detrimento do resto do País”.

Após reconhecer a necessidade de uma redistribuição de cargos em nível federal, Newton Cardoso afirmou que “vamos esperar que o Presidente, com sua voz experiente e arguta, defina os destinos das áreas econômicas”.

Por sua vez, o governador eleito do Rio de Janeiro, Moreira Franco, afirmou que “a concentração de poderes nas mãos de São Paulo, ainda deriva da centralização administrativa de que foi vítima o País, fruto do período autoritário e que, logicamente, repercutiu na má-

quina administrativa federal”.

Moreira Franco ressaltou que “a partir de hoje, não existem razões nem obstáculos a impedirem que o Rio de Janeiro as indicações de Minas e de suas lideranças políticas. A partir de agora teremos um relacionamento muito próximo para o encaminhamento das questões de interesse comuns do Rio de Janeiro e de Minas Gerais”.

Os dois governadores eleitos apresentaram, durante o encontro de ontem, em Belo Horizonte, algumas propostas comuns de reivindicações na área econômica: “reforma tributária de urgência”, com o governador Moreira Franco considerando que é urgente também, uma “reforma financeira”.

## Pimenta não terá apoio mineiro

Se depender da bancada federal de Minas, o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, não terá apoio para disputar qualquer cargo na Constituinte (seu nome está sendo lembrado para relator geral da constituinte). Isso ficou claro, após visita de uma comissão de deputados mineiros, presidida pelo deputado Melo Freire, ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, para reivindicar “mais espaço para Minas”.

O Pimenta precisa aprender disciplina partidária. Ele disputou uma convenção e depois não soube acatar o resultado. Assim, perdeu a credibilidade — disse um dos deputados que esteve ontem em Brasília.

A bancada mineira está certa de que pela amizade de Pimenta com o deputado Ulysses Guimarães, “se tudo correr solto”, o cargo de relator-geral da Constituinte, cuja escolha é feita por indicação do partido, “facilmente cairá nas mãos de Pimenta”.

Pimenta da Veiga, no entanto afirmou, ontem, que está afastada qualquer possibilidade de continuar na liderança do PMDB na Câmara.

“Eu já afastei essa hipótese. Ela não existe. Vou estar dedicado à Constituinte em tempo integral”, disse.

O deputado elogiou a decisão da bancada da liderança para um dos seus integrantes, sem se fixar em nomes. Embora lembresse que já existem alguns deputados disputando a liderança, Pimenta lembrou que a bancada mineira a maior do PMDB “é importante que essa importância seja reconhecida”.

O deputado Pimenta da Veiga, confirmou ontem que está procurando os demais líderes partidários para firmar um acordo em torno do apoio de todos ao nome indicado oficialmente pelo PMDB para presidir a Câmara. Em contrapartida, está oferecendo participação nos demais cargos da Mesa aos que assumirem esse compromisso.

O PDT, segundo o primeiro vice-líder, Amaury Muller, aceita as condições e o PDS também, informou Pimenta da Veiga.

Mas o PT, de acordo com o vice-líder José Genoino, ainda não tomou decisão a respeito, pois só no dia 31 fará uma reunião para avaliar a questão da eleição da Mesa. O partido defende uma direção pluripartidária para a Câmara, enquanto Genoino informou que de modo algum votará para a reeleição do deputado Ulysses Guimarães. O PTB, já anunciou o líder Gastone Righi, volta com a Aliança Democrática.

Segundo uma avaliação feita ontem pelo líder Pimenta da Veiga, o assunto da Mesa está bem encaminhado no PDS e no PDT, evoluindo satisfatoriamente em relação ao PFL. Para os pequenos partidos, a ideia é oferecer suplências, já que são apenas sete os cargos titulares. Mas hoje o líder do PMDB se encontrará com Amaury Muller para fechar o acordo com a bancada pedetista.

## PDT propõe bloco progressista

A criação de um bloco parlamentar progressista é a saída que o líder do PDT na Câmara, Amaury Muller, aponta para impedir, segundo ele, “as manobras que estão sendo armadas pelo PMDB com relação ao funcionamento da Constituinte”.

O deputado considera até “imoral” a proposta de regimento elaborada pelo deputado Prisco Vianna e diz estranhar que propostas como a da criação de uma grande comissão para elaborar a nova Constituição partam do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

“O PMDB quer legislar via decreto”, afirma o líder, protestando contra a ideia de se impedir o funcionamento da Câmara e do Senado durante os trabalhos da Constituinte. “O que acontecerá se o Congresso não funcionar ordinariamente?” — indaga Amaury Muller, lembrando que até agora o legislativo sequer apreciou as medidas adotadas com o Plano Cruzado

e novas medidas econômicas ser-as tomadas pelo Governo nos próximos dias.

“É um deboche, porque quem quis uma Assembleia Constituinte congressual foi o PMDB, e todos foram eleitos para isso”, diz Amaury. Como os outros pequenos partidos, o PDT também defende que o funcionamento do congresso ordinário seja reduzido, que se encontre uma forma de compatibilizar os trabalhos do Congresso com os da Constituinte. O que não aceita é colocar em recesso o Senado e a Câmara”.

Segundo o líder do PDT, o Congresso precisa funcionar para apreciar os projetos mais importantes, tendo a tribuna para fiscalizar. Com relação a ideia de uma grande comissão para elaborar a proposta da nova Constituição, Amaury Muller diz que essa é uma “manobra torpe”. E, segundo ele, “uma espécie de freio para impedir que assuntos que não inter-

ressam ao PMDB sejam discutidos”.

O deputado afirma ainda, que esse novo tipo de pacto que o PMDB está insinuando é um pacto de Tróia. “Se o PMDB quer elaborar dessa forma a nova Constituição, então que ele assumo o compromisso e faça uma Constituição reacionária”, diz Amaury. Para a elaboração do regimento, o PDT, a exemplo do PT, quer que seja nomeada uma comissão com representação proporcional de todos os partidos. Ele diz que a proposta de regimento elaborada pelo deputado Prisco Vianna, a pedido do presidente Ulysses Guimarães, é imoral porque desrespeita os partidos.

Com a criação do bloco parlamentar progressista, que poderá incluir inclusive deputados do PMDB, Amaury Muller acredita que se poderá impedir o que ele chama de manobras. “Custa-me crer que a ala progressista aceite estas manobras”, afirma.

## Lobby da área rural é o maior

O perfil da Constituinte, publicado pelo CORREIO BRAZILIENSE nos últimos quatro dias, revela que o maior grupo de pressão instalado dentro do Congresso, caso se tome cada um deles isoladamente, é o da área rural. Ao menos 60 deputados, em sua maioria do Centro-Sul, têm ligações diretas com entidades que representam interesses agrários.

Nem todas essas entidades têm as mesmas características. A virulenta UDR, pelo maior de oposição à reforma agrária, defende pontos de vista que não coincidem necessariamente com as cooperativas gaúchas, por exemplo. Mas em diversas linhas básicas — como a defesa de crédito rural subsidiado e a oposição a confiscos — essa coincidência será integral.

Embora a UDR tenha financiado candidatos em praticamente todo o País, sua representação é mais forte em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Vários de seus candidatos mais ostensivos foram derrotados, como o paulista Sérgio Cardoso de Almeida, mas apenas em São Paulo cinco dos eleitos admitem abertamente apoiar as teses da entidade.

Entre UDRs, cooperativas, associações rurais e sindicatos patronais rurais, são 60 os constituintes que apresentam ligações diretas com entidades vinculadas aos proprietários, de terras. Se, porém, a eles forem somados os parlamentares que têm terras, eles próprios, o número deve ser multiplicado por quatro. Voltando a São Paulo, a grande maioria de constituintes vindos do interior — no PMDB, por exemplo, nem um so deles conseguiu na Capital todos os votos de que precisaria para reeleger-se, salvo o presidente nacional do partido — mostra que a ligação com interesses agropecuários é muito grande até mesmo no Estado mais populoso do País.

Os sindicatos trabalhistas, por sua vez, contam com 26 deputados e senadores que receberam seu apoio formal ou que se apresentaram como seus representantes diretos. Apenas em uma bancada eles são maioria, a do PT, embora os profissionais de classe média também alcancem uma boa proporção dentro os eleitos na legenda.

Esse número é quase iguala-



do pelos evangélicos. São 25 os constituintes que se elegeram graças aos votos dos protestantes, mas não se pode afirmar que haja uma identidade perfeita entre eles. Dentre os evangélicos eleitos há desde ultradiretistas até esquerdistas moderados. E é evangélico também o deputado Lyzaneas Maciel, que foi cassado em 1975, passou de pelo PT e retorna agora à Câmara pelo PDT.

Diferentemente de outras Constituintes, não há nenhum padre entre os eleitos. Em 1966, por exemplo, o monsenhor Arruda Câmara, único representante do PDC, conseguiu bloquear todas as propostas que insinuassem sequer a possibilidade do divórcio. Na nova Constituinte há três ex-padres (dos quais só dois ainda se identificam com os dogmas católicos) e uma ex-freira.

No entanto, sabe-se que os eleitos com a ajuda ostensiva da Igreja e de entidades a ela ligadas, como as CEBs, são três vezes mais. A maioria dos Estados elegeu constituintes com esse apoio, pertencentes ao PT e ao PMDB, majoritariamente. O PDC, curiosamente, não conta com parlamentares que devam seu mandato ao apoio católico formal.

As instituições financeiras públicas e privadas também têm sua representação. São 18 os funcionários do Banco do Brasil com assento na Constituinte. E os bancos privados financiaram muitos candidatos, embora poucos tenham tornado ostensivo esse apoio, caso de Ronaldo Cesar Coelho (PMDB-RJ), do Multiple, ou Basílio Vilani (PMDB-PR), do Bamerin-

Registra-se a dissolução de várias bancadas diretamente vinculadas a lideranças regionais. Um exemplo pode ser dado pelo Ceará, onde o senador Virgílio Távora (PDS), tradicional cacique local, contará com apenas três votos certos na Constituinte — embora diversos outros eleitos tenham nascido politicamente sob sua proteção.

Mesmo líderes regionais integrados ao Governo contam com bancadas reduzidas. O chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, tem como garantidos apenas 13 votos, se contar com os parlamentares ligados ao ex-governador Roberto Magalhães. Laços de amizade e de lealdade política o ligam ainda a cerca de vinte outros parlamentares do PFL, mas aí já não se trata mais de uma relação de comando. Da mesma forma, a bancada baiana de Antonio Carlos Magalhães caiu para 14 deputados.

Em compensação, vários grupos regionais surgiram com força, mesmo controlando poucos votos. O governador Gilberto Mestrinho comanda sete votos no Amazonas, a quase totalidade da bancada do Estado. O ex-governador Garcia Neto do Mato Grosso, ressurgiu com um grupo coeso, dentro do PMDB. Outro ex-governador, o sergipano Augusto Franco, tem cinco votos. Hugo Napoleão, e Assim, tem também sete votos e assim por diante.

O governador Hélio Garcia é, dentro do PMDB, o que controlará a maior bancada, em especial se atuar politicamente em conjunto com o governador eleito Newton Cardoso. Os opositores de Hélio, particularmente os do PMDB, foram derrotados em grande maioria — ai incluídos o ex-ministro Aluizio Pimenta, o deputado Cláudio Goncalves que era considerado um dos mais promissores dos mineiros em primeiro mandato, e o irmão do governador José Aparecido. No caso de uma ação conjunta Hélio-Newton, sua bancada poderia chegar a 25 parlamentares, só em Minas.

Na verdade, para esse cálculo pesa em muito o poder das máquinas governamentais. Entre os 31 constituintes eleitos pelo PMDB de São Paulo, só 12 podem ser considerados queristas históricos. Hoje, quase todos estão muito próximos ao governador eleito.

## Senadores do PFL exigem maior poder

A insatisfação do PFL com o domínio do PMDB sobre o Governo explodiu na reunião da bancada do Senado, realizada anteontem. O porta-voz do descontentamento foi o senador Divaldo Suruagy (AL), que comunicou a presença “alguns companheiros”, como Adauto Bezerra e Roberto Magalhães, dispostos a sair do partido se não houver mudança de rumos.

Suruagy enfatizou a necessidade de ser dado apoio ao presidente José Sarney neste “momento de dificuldades” por uma “questão ética”, e propôs que o ministro Aureliano Chaves ou Marco Maciel assumam a presidência do PFL para reerguer o partido. Do contrário terá de ser convocada uma convenção onde tudo poderá acontecer disse Suruagy.

### IRRITAÇÃO

O clima de irritação existente na bancada do Senado foi expresso, também, pelo senador José Agripino (RN), que fez críticas ao deputado Ulysses Guimarães (SP), presidente do PMDB. Ele acha que Ulysses rompeu a Aliança Democrática durante as eleições e só está procurando defendê-la neste momento por causa da eleição das mesas da Câmara, Senado e Constituinte. No futuro, poderá rompê-la com a mesma facilidade.

O senador Carlos Chiarelli (RS), reeleito líder por aclamação, convidou o senador Alexandre Costa (MA) para ser o 1º Secretário do Senado. Alexandre não aceitou porque quer disputar a 1ª Vice-presidência. Alguns senadores do PFL entendem que se o PMDB não lhes der a 1ª vice e a 2ª secretária do Senado, cargos que defendem atualmente, devem, em represália, apoiar a candidatura dissidente de Fernando Lyra (PMDB-PE) para a presidência da Câmara, que dificultaria em muito a eleição de Ulysses.

Outros senadores querem pelo menos a presidência de uma das mesas, frisando que essa é mais uma prova de que o PMDB deseja o PFL como caudatário e nunca como parceiro.

### CONFRONTO

A bancada deixou claro que só há dois caminhos para escolha do novo presidente do partido: ou a volta de Aureliano Chaves ou de Marco Maciel ou

a realização de uma convenção para que as bases se pronunciem. Com isto, o PFL sairá depurado e seguirá seu rumo de acordo com o sentimento dominante nos Estados.

Ficou claro, ainda, que os parlamentares não se consideram prestigiados pelo Governo. Eles recomendam que o PFL conserve seus atuais cargos, mas que os ministros se interessem pelo partido, a exemplo do que fazem os do PMDB. O senador José Lins (CE) provocou risos quando indagou quais eram os cinco ministros do PFL, pois conhecia apenas quatro. Explicaram-lhe que Abreu Sodré também é do partido.

O retorno de Aureliano ou de Maciel foi endossado pela maioria que acatou o argumento de Suruagy, segundo o qual se o PMDB tem Ulysses, o PFL precisa de um presidente da mesma altura política. O PMDB, se não contasse com Ulysses, seria bem diferente, assinalou.

### PARTICIPAÇÃO

Os senadores discutiram longamente se deveriam ou não encaminhar sugestões ao presidente José Sarney sobre a política econômica. Decidiram que as apreensões serão transmitidas através do líder Chiarelli, com o acréscimo de que eles não se sentem comprometidos com decisões sobre as quais não foram ouvidos. “O Governo que se sustente, na Constituinte, com o PMDB”.

O senador Edison Lobão (MA) acentuou que o PFL está muito quieto e precisa ser ativo, não podendo ficar a reboque do PMDB. “O partido tem de apoiar o presidente José Sarney, mas necessita de identidade, influir no Governo”. Suruagy observou que a ligação com o presidente Sarney tinha de ser preservada, até mesmo por uma questão ética diante as dificuldades atuais do Governo, mas alguns estavam desiludidos e até já ameaçavam deixar o PFL.

Os senadores Hugo Napoleão (PI) e José Agripino (RN) queixaram-se das atitudes de ministros do PMDB, que se envolveram nas campanhas, inclusive fazendo perseguições políticas. Ambos obtiveram a solidariedade da bancada, toda ela convencida de que se o PFL continuar submisso ao PMDB, quer no Executivo, quer na Câmara, não terá futuro político.

## “Não somos sucursal”

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem que o PFL não pode ser considerado como uma sucursal do PMDB, pois são dois partidos coligados, com responsabilidades comuns de sustentação do Governo e, cada um, com sua identidade própria, tendo ambos o interesse em mantê-la.

Aureliano Chaves acrescentou que a reunião da executiva do diretório nacional do PFL, na terça-feira, serviu para troca de informações e aferição de rumos, contribuindo assim para manter a coesão interna do partido.

O ministro viaja hoje para o Rio para participar do almoço em homenagem aos 90 anos do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, companheiro de chapa do deputado Ulysses Guimarães na eleição presidencial de 1974.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do

## Ulysses já finaliza o regimento

O deputado Ulysses Guimarães reuniu ontem à noite em sua residência um grupo de deputados, entre eles Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Prisco Vianna (PMDB-BA) e Euclydes Scaico (PMDB-PR), para discutir o projeto de regimento interno da Constituinte. Entre as preocupações dos participantes do encontro, estavam a fixação de normas que coloquem a Câmara e o Senado em recesso branco durante o funcionamento da Assembléia, normas para aproveitamento das propostas de emendas à Constituição já em tramitação no Congresso e, sobretudo, o número de integrantes da grande comissão que fará o projeto da nova Constituição.

O plano de Ulysses é definir a composição da grande comissão de forma a assegurar representatividade de todas as legendas e, ao mesmo tempo, o controle do PMDB sobre esse colegiado.

O deputado Ulysses Guimarães apelou à farda, com entusiasmo, a ideia de por em recesso Câmara e Senado, enquanto estiver funcionando a Constituinte. As duas Casas somente seriam convocadas em caráter extraordinário, quando se justificasse, enquanto se asseguraria, através do Regimento Interno, “a predominância formal e institucional da Constituinte”, conforme acentuou Ulysses.

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, também se manifestou a favor da ideia, lembrando que produz o mesmo resultado da emenda Ulysses Guimarães, que previa a criação de uma comissão mista de 72 deputados e senadores para se incumbir da legislação ordinária.

O presidente do PMDB disse que esta ideia não é sua, mas chegou ao seu conhecimento. Lembrou que apoiou-a porque produz o mesmo resultado que a sua, que chegou a ser apresentada em forma de substitutivo pelo deputado Flávio Bierrenbach, relator da comissão mista que examinou o assunto. O parecer não foi aprovado na ocasião.

— Acho que esta é uma forma de compatibilizar o funcionamento da Constituinte no processo de transição, o que importa é que garante a prevalência da Constituinte, não só formalmente como institucionalmente — disse Ulysses.

## CUT prepara manifestação na abertura

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF) vai fazer uma manifestação, na rampa do Congresso Nacional, no dia primeiro de fevereiro por ocasião da solenidade de posse da Assembléia Nacional Constituinte. A manifestação, segundo o presidente da CUT-DF, Chico Vigilante, tem como objetivo cobrar dos parlamentares eleitos o cumprimento das promessas feitas durante a campanha.

Ontem foi realizada a primeira reunião para organização do movimento com a participação de representantes de 19 entidades de moradores, associações de moradores, de classe e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O horário definido para o início do ato ficou sendo às 14h, com término previsto para às 16h. Também ficou acertada a impressão de cerca de 100 mil panfletos conclamando a população a participar da redação de um documento a ser enviado aos parlamentares.

De acordo com Chico Vigilante, a manifestação será uma forma de mostrar aos Constituintes que os trabalhadores brasileiros “não darão tréguas para que sejam votadas propostas básicas como estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, reforma agrária e pagamento da dívida externa”.